

FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A FACE ILUSÓRIA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL

Ariane Miguel Pereira de Azevedo¹

Joásley Martins Neri²

João Vítor Pereira de Lima³

Juliana Ramos Dumont⁴

Raíssa Liberal Coutinho

5

RESUMO

Este texto propõe, tendo por base o processo econômico no Brasil e as falhas e contradições do modo de produção capitalista, uma aproximação conceitual a respeito do Estado de Bem-estar Social e sua relação com o caráter e financeirização das políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, contextualiza-se as políticas públicas no Brasil e sua implementação no imaginário popular, ressaltando a força do aparelho estatal atrelada à ideia neoliberal de um Estado máximo para o capital e mínimo para o social.

Palavras-chave: Estado de Bem-Estar; Financeirização; Neoliberalismo; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This text proposes, based on the economic process in Brazil and the failures and contradictions of the capitalist mode of production, a conceptual approach regarding the Welfare State and its relationship with the character and financialization of public policies in Brazil. In this sense, public policies in Brazil and their implementation in the popular imagination are contextualized, highlighting the strength of the state apparatus linked to the neoliberal idea of a maximum state for capital and a minimum for social matters.

Keywords: Welfare State; Financialization; Neoliberalism; Public Policies.

Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200014846@aluno.unb.br.

² Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200062000@aluno.unb.br.

³ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200021311@aluno.unb.br.

⁴ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 211012640@aluno.unb.br.

⁵ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200026682@aluno.unb.br.

PROMOÇÃO



1 INTRODUÇÃO

O Estado de Bem-Estar Social surge devido a uma demanda por parte da população ao acesso a serviços e direitos básicos. A emergência acelerada do sistema capitalista implica em novos problemas socioeconômicos e acirra a tensão de classes, sendo assim necessária a intervenção estatal. O *Welfare State* — uma das manifestações do Estado de Bem-Estar Social — pode ser pensado como uma reestruturação do pensamento acerca dos direitos sociais, uma vez que busca entender a necessidade dos serviços sociais como política, no sentido de *policy*, e não no viés caritativo ou higienista.

O *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, tem como objetivo desenvolver um padrão mínimo de renda, saúde, educação, moradia, trabalho, entre outros, que possa ser acessado por todo e qualquer cidadão como um direito e não caridade. Contudo, é preciso compreender os limites do Estado de Bem-Estar Social dentro do sistema capitalista que se iniciam desde sua constituição, que visava acalmar a tensão entre as classes e melhorar as condições socioeconômicas para crescimento do mercado. É, portanto, importante levar em consideração que essa configuração estatal é, acima de tudo, burguesa e também, por sua inserção no capitalismo, responde às contradições intrínsecas a essa própria sociabilidade.

Desde a preocupação com o pleno emprego até a conciliação de classes, o Estado de Bem-Estar Social teve resultados positivos em países europeus - como a Inglaterra e nos países nórdicos -, porém falha ao alcançar os países de capitalismo tardio e dependente. É preciso pensar em políticas públicas a partir de uma lógica humanizada, considerando cidadão de direito todos, sem distinção, independente dos que estão dentro do mercado de trabalho ou não, e compreender a intervenção estatal não apenas emergencial, mas também preventiva e mediadora.

Desse modo, esse artigo busca analisar o caráter das políticas públicas no Brasil a partir de uma crítica neoliberal, os limites do Estado de Bem-estar Social passando por uma análise de Mészáros e por fim compreender os limites estruturais da financeirização de políticas públicas dentro do contexto brasileiro.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Caráter das políticas públicas no Brasil

As políticas públicas brasileiras se estruturam sobre uma visão neoliberal de Estado, desencadeando em uma redução da intervenção estatal tanto na produção quanto na regulação das políticas públicas. Segundo Bacelar (2023), esse processo abre espaço para o mercado, uma vez que, quanto menos Estado, mais oportunidade de transformar as políticas públicas em mercadoria, privando ou diminuindo a oferta pública de serviços.

A exemplo, tem-se o Sistema Único de Saúde (SUS), o maior sistema de saúde da América Latina, que tem a universalidade do serviço como princípio norteador. Porém, observa-se uma vinculação desse sistema ao setor privado, por meio da captura de parte do fundo público por parte de empresas privadas, que

Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200014846@aluno.unb.br.

² Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200062000@aluno.unb.br.

³ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200021311@aluno.unb.br.

⁴ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 211012640@aluno.unb.br.

⁵ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200026682@aluno.unb.br.

passam a fazer parte da oferta de saúde pública. Consequentemente, há o sucateamento desse serviço em seus diferentes setores, interferindo na viabilização de saúde de qualidade para toda a população, tendo em vista que o foco passa a ser a captação de usuários para seus blocos econômicos, sucateando o serviço e obrigando os usuários a buscar a oferta de saúde no mercado.

Desse modo, em detrimento do estabelecimento de métodos que ampliem e regularizem a viabilização dos serviços públicos, o Estado fortalece a abordagem do mercado, que atua em intervir na oferta desses serviços, lucrando sobre o que, constitucionalmente, deveria ser sua responsabilidade. Como consequência disso, observa-se uma diminuição das políticas públicas em detrimento do aumento de bens e serviços comercializáveis.

Dentro dessa lógica, é importante contextualizar as políticas públicas no Brasil e como são implantadas no imaginário popular. Ressalta-se a força do aparelho estatal atrelada à ideia neoliberal de menos Estado e mais mercado, juntamente com a noção de maior ênfase na força individual e menor valorização da força coletiva no processo de estruturação dessas políticas.

O Brasil passou por um processo rigoroso de industrialização, antes dos anos 30. O país ainda se encontrava predominantemente como um país com economia rural, porém o Estado brasileiro teve como ideia central transformar o país em uma potência industrial, trazendo à tona sua abordagem desenvolvimentista, centralizada, autoritária e conservadora. O Estado passa a ter como objetivo central consolidar o processo de industrialização na tentativa de tornar o país uma potência mundial. Atrelado a esse processo o Estado passa a negligenciar as relações com a sociedade, recusando-se a dialogar e entender a realidade de seu povo e se afastando da lógica do Estado de Bem-estar Social, que consiste em um Estado mediador dos interesses das classes, garantindo direitos e políticas voltadas para o bem da população. Desse modo, o Estado mostra interesse em promover o crescimento da economia e amplificar o processo de industrialização e não em

considerar a realidade dos integrantes da sociedade, refletindo diretamente o caráter das políticas públicas no país.

Esse viés autoritário do Estado se reflete na centralidade das políticas públicas, como observa Tânia Bacelar:

Quem está lá em Brasília tende a pensar que o Brasil é uma média. E a média não diz quase nada do Brasil, que é um país muito heterogêneo. A consequência dessa leitura é a dificuldade em considerar a heterogeneidade real do Brasil. Cada lugar requer uma solução que venha da realidade. (BACELAR, 2009, p. 3).

Essa centralidade se configura como uma ideia heterogênea que, por sua vez, reduz a possibilidade de diálogo entre a sociedade civil e a esfera pública, fragilizando assim a participação popular. Portanto, a centralização nas políticas públicas se expressa na oferta do direito. Por exemplo, uma criança residente no interior de uma cidade rural percorre mais de três horas para chegar em sua escola; outra criança residente no centro de São Paulo percorre apenas trinta minutos para chegar na escola; ainda que ambas sejam beneficiárias do programa passe livre estudantil, uma utiliza apenas um ônibus urbano circular, enquanto a criança que reside no interior, muitas vezes, precisa caminhar alguns quilômetros até chegar ao ponto de ônibus para esperar por dois ônibus, que passam apenas uma vez a cada uma hora para enfim chegar à escola.

Essas são situações baseadas na realidade e que são totalmente opostas, mas a política se aplica igualmente às duas situações, se apegando no ideário societário neoliberal e ampliando uma visão equivocada de igualdade existente, sem refletir sobre as particularidades de cada cidadão. Compreende-se, portanto, que o projeto societário no Brasil sempre teve como foco fortalecer o setor privado com investimentos em setores básicos de insumos, como o aço e o latifúndio, sendo o Estado, frequentemente, o financiador da industrialização e melhoria desses setores para exportação, sem se preocupar em desenvolver internamente sua sociedade.

Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200014846@aluno.unb.br.

² Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200062000@aluno.unb.br.

³ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200021311@aluno.unb.br.

⁴ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 211012640@aluno.unb.br.

⁵ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200026682@aluno.unb.br.

PROMOÇÃO**APOIO**

Esse cenário priva, assim, a possibilidade de melhoria na qualidade de vida da população, que por sua vez se torna mais explorada nesse processo.

Neste processo, o Brasil se tornou uma potência em menos de um século, mas a custo da ampliação da expropriação da sociedade civil e aumento nos níveis de desigualdade social do país. Um exemplo disso foi a Era Vargas, na qual o Estado teve como ação promover a reprodução da classe trabalhadora, garantindo o mínimo de direitos e leis trabalhistas com a criação do salário-mínimo e a implementação da legislação trabalhista. Nesse contexto, é evidente que o Estado faculta as estruturas que competem a gestão da sociedade civil - como a justiça, a segurança e o serviço social - em organizações de terceiros - como a criação de ONGs e empresas de segurança privadas. Diante de todas essas questões mencionadas, torna-se necessário refletir e buscar uma maneira de superar o conceito de Estado mínimo e fortalecer o caráter das políticas públicas que ofertam serviços essenciais como a Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social. Isso pode ser superado democratizando o acesso a essas políticas com participação popular.

Lenin, em seu livro "O Estado e a Revolução" (1917), defende a ideia de que o Estado é um produto das contradições de classe existentes na sociedade. Segundo o teórico político russo, as classes sociais têm interesses divergentes e antagônicos, o que leva a conflitos e lutas por poder e recursos. Esses conflitos são inevitáveis em qualquer sociedade dividida em classes como podemos notar na história brasileira. No entanto, o Estado não é neutro, como muitos acreditam, ele é uma ferramenta de uma classe para impor sua vontade sobre as outras. O Estado não serve aos interesses do povo, mas sim aos interesses da classe dominante, como vimos na promoção a políticas públicas no Brasil.

Esse Estado deve promover a horizontalidade dos serviços, levando em consideração a diversidade de todo seu território. Portanto, desconstruir o papel estatal que se baseia no desenvolvimentismo, no conservadorismo e no autoritarismo é o primeiro passo para um modelo de sociabilidade que reflete os

interesses da classe trabalhadora. É fundamental articular com a população civil a importância da democracia e incentivar a ocupação dos espaços de deliberação como os conselhos, plebiscitos e conferências, a fim de promover uma participação ativa, ampla e inclusiva da população.

2.2 Limites do Estado de bem-estar social

O Estado de Bem-Estar Social, portanto, se manifesta nas potências centrais a partir dos planos de Belveridge, na Inglaterra, Bismark, na Alemanha, e Keynes, nos Estados Unidos. Todos os planos se propunham a ser uma alternativa ao liberalismo, mas o que será mais abordado no presente tópico - a título de comparação - é o de Keynes, o ideário do Keynesianismo e a manifestação do Estado no *Welfare State*.

Segundo Mészáros (2009), “Tudo o que aquelas tentativas conseguiram foi somente a ‘hibridização’ do sistema do capital, comparado a sua forma econômica clássica [...], mas não soluções estruturais viáveis”. A partir disso, pode-se ter uma leve percepção sobre os limites do Estado de Bem-estar Social e a maior crítica ao mesmo: sua incapacidade de ir contra o cerne do capitalismo - a exploração do homem pelo homem.

Afinal, como o limite do Keynesianismo se manifesta? Primeiramente, é importante compreender que Keynes visava, a partir do estímulo à demanda, uma política de pleno emprego para a população, a fim de lhes garantir o poder de consumo, mais do que o poder de economizar. Isso ocorre principalmente com o pós-guerra, segundo Sérgio Couri (2001):

Está implícito nesse argumento que os padrões correntes de distribuição de renda são responsáveis, numa análise primária, por tal subconsumo, pois as classes com menor nível de renda terão maior propensão a poupar. Nisso há uma ironia: aqueles que têm dinheiro não desejam consumir, e aqueles que desejam consumir não têm dinheiro. (COURI, 2001, p. 40).

Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200014846@aluno.unb.br.

² Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200062000@aluno.unb.br.

³ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200021311@aluno.unb.br.

⁴ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 211012640@aluno.unb.br.

⁵ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200026682@aluno.unb.br.

PROMOÇÃO



APOIO



Nesse sentido, Keynes defendia em seus estudos que, garantindo que empregos sejam gerados e que a população tenha menos desigualdades sociais a partir de uma maior intervenção estatal, a população possuirá maior propensão a consumir e menor propensão a economizar - ou gerar o subconsumo ou consumo improdutivo, das análises marxianas. Por causa das duas grandes Guerras Mundiais e da quebra da bolsa de valores em 1929, a população das potências centrais ficou desempregada e retraiu seu consumo, sendo a solução Keynesiana o que “salvou” o capitalismo sob suas próprias leis, mesmo que não tenha durado muito. Portanto, “a ampliação das políticas sociais cumpriu um importante papel para o crescimento da produção e da esfera de serviços, com um respectivo aumento do consumo” (BARROS, ALVES e BARBOSA, 2014, p. 92), isto é, foram as políticas sociais ofertadas pelo Estado (entre outros fatores), além de uma maior participação do mesmo na economia como consumidor, que possibilitou um maior crescimento econômico. Por fim, essa nova configuração do mundo do trabalho que surge com o *Welfare State* também fomenta o processo de acumulação capitalista.

Com a urgente busca pela ampliação do consumo, o objetivo do capital estava voltado para construção de uma massa de consumidores com maior poder de compra e com maior tempo fora do trabalho para que pudesse consumir (BARROS, ALVES e BARBOSA, 2014, p. 92).

Ainda assim, dentro do próprio movimento do capital, é importante entender como foi possibilitado, na visão do burguês, o aumento das taxas de lucro. Além da maior propensão das pessoas a comprarem.

A partir disso, as organizações de esquerda começam a enxergar na saída estatal a melhor solução para o futuro da classe trabalhadora, ignorando as contradições de classe. O *Welfare State*, inclusive, favorece o capital ao se colocar no contexto da Guerra Fria como uma alternativa do capitalismo ao comunismo: o capitalismo humanizado. A verdade é que esse caráter só aumenta as contradições de classe e, enquanto havia uma melhora para a classe trabalhadora das potências centrais, na América Latina, o período contemporâneo ao *Welfare State* foi símbolo

de diversos golpes militares e perseguição política à esquerda, com tortura e prisões em massa.

[...] a ampliação das políticas públicas acabou por ter um impacto limitado nas três décadas na economia e outro funcional e mais duradouro ao sistema na esfera ideológica. A demonstração desse último impacto se deu pela desmobilização e cooptação dos sindicatos e a incorporação da estratégia da conquista do Estado como o horizonte máximo a ser perseguido pela esquerda. (BARROS, ALVES e BARBOSA, 2014, p. 92).

É importante refletir, portanto, como o aparelhamento da esquerda, da luta de classes e dos sindicatos ao Estado permitiu o poder que o Estado neoliberal possui e sua capacidade de continuar existindo. Ainda que haja lutas por direitos pela classe trabalhadora, muito pode ser observado na luta atual a falta de independência de classe, no Brasil, por exemplo, é nítido os efeitos do aparelhamento sindical ao Estado.

A partir do que foi dito, está dado o limite do Keynesianismo e também do *Welfare State*: a própria estrutura do capital, exposta tanto nas contradições macro históricas dos países, quanto no cíclico movimento de crise, que começa logo depois a essa configuração estatal, no fim da década de 1970. Ainda, Netto (2006) observa que:

Em suma: **na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair.** A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzem o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é *individualmente* vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para *todos* os *capitalistas*. (NETTO, 2006, p. 106).

Com a nova queda da taxa de lucro do capital e sua tendência de estabilização pós super-lucros, as políticas sociais começam a ser atacadas dentro de um cenário cuja conciliação de classe promovida pelo Estado e luta reformista favorecem esse processo. Assim, entra-se na terceira fase do imperialismo capitalista, quando o mercado já não tem possibilidades de crescer como antes,

Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200014846@aluno.unb.br.

² Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200062000@aluno.unb.br.

³ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200021311@aluno.unb.br.

⁴ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 211012640@aluno.unb.br.

⁵ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200026682@aluno.unb.br.

PROMOÇÃO



APOIO



assim como a ocupação de novos territórios se limita (PANIAGO, 2007). Não obstante, o mundo do trabalho também muda, pois, como afirma Mészáros (2009), o trabalho está subsumido ao capital de tal forma, que o trabalho é tratado como uma “mercadoria comercializável” da mesma forma que todas as outras mercadorias do sistema, estando sujeitas à todas as determinações do sistema.

Esses fatores só reforçam a falha do projeto reformista em todas as suas esferas. É preciso ter em mente, acima de tudo, que o Estado cumpre um papel político no capitalismo, sendo questionável que suas ações de garantia de direito tenham se voltado exclusivamente para atender as demandas da classe trabalhadora. Isso significa que em uma sociedade governada por burgueses, onde a democracia burguesa e outros regimes reinam - como o fascismo, que se mostra presente até os dias de hoje - o Estado é, também, da burguesia e está, acima de tudo, servindo aos seus interesses. Ainda que a luta pela garantia de direitos da classe trabalhadora também seja uma etapa revolucionária - como aconteceu com a previdência, os direitos trabalhistas, etc -, lutar por uma emancipação de classe independente do Estado burguês, anticapitalista e revolucionária é o verdadeiro caminho para se combater as contradições do capital e a exploração do homem pelo homem.

2.3 Financeirização como limite estrutural ao desenvolvimento brasileiro

O Estado de Bem-Estar Social é um momento atípico na existência degradante do modo de produção capitalista. Essa feição mais social ou menos selvagem da sociabilidade capitalista é um momento ímpar que se constituiu a partir da junção de vários fatores ou pelos rumos adotados pelo sistema capitalista por uma questão de manutenção do “status quo”, ou seja, sobrevivência dessa sociabilidade cujo âmago é a produção, em patamares cada vez maiores, da mais-valia. Essa experiência foi vivida apenas nos países centrais do modo de produção capitalista que se estruturou a partir do “Paradigma dominante do Estado de Bem-Estar” (PEREIRA, 2008, p. 90), o qual era composto pelo receituário keynesianismo

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

de regulação econômica e social (ideário do pleno emprego) dos anos 1930, postulações do relatório Beveridge sobre a Seguridade Social de 1942 e a formulação da teoria trifacetada da cidadania de Marshall da década de 1940.

A emergência do Estado de Bem-Estar Social, o qual se contrapõe à feição de um Estado Liberal, está intrínseco ao processo de mobilização e articulação da classe trabalhadora, principalmente, na busca por reivindicações no campo social. O processo de arrefecimento dessas pautas contribuiu para o esvaziamento do Estado de Bem-Estar Social e o retorno das políticas neoliberais assentadas sob uma tríade composta pela flexibilização, desregulamentação e privatização. Esse momento atípico se caracterizou pelo terreno fértil para o desenvolvimento das políticas sociais e pelo rompimento, mesmo que minimamente, da barbárie socialmente produzida pelo modo de produção capitalista.

O esgotamento do Estado de Bem-Estar Social se deu em consonância a crise estrutural do capital e a decadência dos 30 anos gloriosos. Dessa forma, diante de um cenário de tendência de queda da taxa de lucro, a neoliberalização se apresentou como um projeto voltado para a reorganização do capitalismo e restauração do poder das elites econômicas (SILVA, 2021, p. 26).

Desse modo, o processo de neoliberalização significou a redução da distância entre o capital portador de juros e o capital industrial. Sendo assim, o capital portador de juros se apresentaria anos mais tarde como um terreno propício para a elevação e/ou manutenção das taxas de lucro sob o prisma do capital fetiche, ou seja, a sensação que o capital se valoriza por si só. Permitindo, assim, de acordo com SILVA (2008), um processo de forte expansão do mercado financeiro cada vez mais livre de barreiras regulatórias no qual o Estado desempenha um papel central nesse processo.

Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200014846@aluno.unb.br.

² Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200062000@aluno.unb.br.

³ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200021311@aluno.unb.br.

⁴ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 211012640@aluno.unb.br.

⁵ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200026682@aluno.unb.br.

PROMOÇÃO



APOIO



Há, portanto, uma relação intrínseca, por meio de um envolvimento estreito e firme, do Estado com a manutenção e reprodução da sociabilidade capitalista por meio, por exemplo, da garantia da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, a proteção dos mecanismos de acumulação e a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital. Em suma, a neoliberalização significou a financeirização de todos os espaços da vida humana, transformando-os em nichos de acumulação.

A financeirização, configuração contemporânea do capital portador de juros, desempenha um papel central no regime de acumulação do modo produção capitalista. Esse estágio atual é bastante recente, o qual data dos últimos 40 anos e emergiu, em virtude, da crise estrutural do capital da década de 1970 e, conseqüentemente, da decadência do Estado de Bem-Estar Social. Nesse processo, a dívida pública, por meio dos títulos de dívidas públicas, se tornou um pilar fundamental no processo de expansão do mercado financeiro.

A financeirização se tornou um terreno propício para o desenvolvimento e implementação do receituário neoliberal. Atacando, de forma progressiva e contínua, as políticas sociais por meio de sucessivas contrarreformas e do seu respectivo subfinanciamento. Possibilitando, assim, o desenvolvimento de uma política de austeridade orçamentária, de paralisação das despesas públicas, em conjunto, com um projeto neoliberal em curso que resulta em um processo crescente de mercantilização e, conseqüentemente, desestruturação das políticas sociais.

Vale ressaltar que os países de economia dependente, cujo desenvolvimento é desigual e combinado, as conseqüências são mais severas e incisivas. No Brasil, essa realidade se reforça com a proposta do “Novo Arcabouço Fiscal” (PLP 93/2023) que vem estrangular o orçamento para as políticas sociais que já sofrem sanções severas da Emenda Constitucional nº 95/2016. Intitulado sob um falso prisma de um Regime Fiscal Sustentável que visa o controle do endividamento público. Atacando, de forma progressiva e contínua, as políticas sociais por meio de

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

sucessivas contrarreformas e do seu respectivo subfinanciamento. Configurando, assim, o desenvolvimento de um Estado máximo para o capital e mínimo para o social.

No Brasil, cuja economia é dependente, essa realidade é mais nítida diante dos véus sombrios da sociabilidade capitalista. Apesar da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual materializou significativos e importantes avanços no campo da política social, principalmente, no que diz respeito à implementação da Seguridade Social. As décadas seguintes não foram nada fáceis por meio da regência de um projeto neoliberal, em ascensão e consolidação, desde a década de 1980. Dessa forma, se instaurou sucessivas contrarreformas no âmbito da política social. Provocando, assim, a liquidação dos direitos sociais e, conseqüentemente, a sua mercantilização. Essa realidade não se apresenta de forma clara no cotidiano, espaço de produção e reprodução das relações sociais, todavia, se materializa no avanço da Previdência Social e Saúde complementar e em uma Assistência Social cada vez mais *stricto sensu*, focalizada e fragmentada.

As sucessivas e permanentes contrarreformas desde a década de 1990 desenvolvem um papel substancial nesse processo. Esse movimento, contínuo e progressivo, da agenda reformista se materializa por meio da Emenda Constitucional nº 20/1998, a qual atingiu e provocou mudanças tanto no Regime Geral da Previdência Social (RGPS) quanto os Regimes Próprios dos Servidores Públicos, a Emenda Constitucional nº 41 e 42 de 2003 e nº 47/2005, trouxeram profundos impactos nos Regimes Próprios da Previdência Social dos servidores públicos, a Emenda Constitucional nº 95/2016, a qual congela os limites constitucionais para as despesas primárias da administração pública sob o argumento de que investir em políticas sociais amplia a dívida pública, e a Emenda Constitucional nº 103/2019, a qual propôs a segregação contábil do orçamento da

Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200014846@aluno.unb.br.

² Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200062000@aluno.unb.br.

³ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200021311@aluno.unb.br.

⁴ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 211012640@aluno.unb.br.

⁵ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200026682@aluno.unb.br.

PROMOÇÃO



APOIO



seguridade social. Percebe-se, assim, a orientação social, econômica e política a qual caminha, em passos largos, o governo brasileiro.

Os contínuos processos de contrarreformas, os quais estão vinculados fortemente ao processo de rentabilidade econômica como mecanismo de manter ou elevar as taxas de lucros, abrem e/ou incentivam a invasão do mercado financeiro como provedor de garantias para aqueles que possuem condições econômicas de contratarem os serviços no mercado. Desse modo, ocorre a desestruturação e liquidação das políticas sociais, enquanto direitos reconhecidos constitucionalmente, em uma sociedade marcada pela desigualdade social e por uma política de assalariamento formal exclusiva a uma parcela da população oriunda do processo de formação social, econômica e política nacional.

3 CONCLUSÃO

Em resumo, as políticas públicas no Brasil refletem uma abordagem neoliberal do Estado, que busca reduzir sua intervenção na produção e implementação dessas políticas por meio da terceirização. Isso abre espaço para a influência do mercado e resulta na privatização ou diminuição da oferta de serviços públicos, transformando-os em mercadorias.

Nesse contexto, o Estado prioriza a abordagem de mercado em detrimento de métodos que ampliariam e configurariam a prestação de serviços públicos, priorizando a produtividade e a comercialização de bens e serviços. Além disso, a centralidade do Estado na formulação e implementação das políticas públicas dificulta o diálogo com a sociedade civil, minando a participação popular.

Portanto, é essencial destacar que o desenvolvimento brasileiro foi caracterizado por uma abordagem conservadora, desenvolvimentista e autoritária, na qual o Estado buscava promover a industrialização e o fortalecimento do setor privado, negligenciando as demandas da sociedade civil e agravando a



desigualdade social, mantendo apenas o mínimo de direitos sociais e civis a fim de apaziguar a população.

Diante dos desafios expostos, é fundamental repensar e superar o conceito de Estado Mínimo, visando o fortalecimento das políticas públicas, garantindo a oferta de serviços essenciais como a saúde, educação, seguridade social e segurança. Isso pode ser alcançado pela democratização do acesso a essas políticas e da participação popular ativa, por meio de conselhos, plebiscitos e conferências. Portanto é necessário repensar o papel do Estado e construir uma sociedade que reflita os interesses da sociedade civil, utilizando a participação popular como método que expressa as demandas da população desse modo visando desconstruir a lógica estatal baseada no desenvolvimentismo, incentivando a participação da população na tomada de decisões e na formulação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Albani de; BARBOSA, Maria Lucilene; ALVES, Bianca Gomes. Refletindo sobre o Welfare State e a Crise Estrutural do Capital. **Cadernos de Graduação**, Maceió, v. 2, n. 1, p. 87-102, maio. 2014.

BACELAR, Tânia. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. Texto Eletrônico disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em 11/05/2023.

COURI, Sérgio. **Capitalismo marxismo**: Ensaios sobre a evolução do capitalismo e do marxismo. 2ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. 2a Ed. Annablume, SP, 2006, Cap. 3. p. 73-94.

Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200014846@aluno.unb.br.

² Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200062000@aluno.unb.br.

³ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200021311@aluno.unb.br.

⁴ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 211012640@aluno.unb.br.

⁵ Universidade de Brasília; Graduando de Serviço Social; 200026682@aluno.unb.br.

PROMOÇÃO



APOIO



LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. Boitempo; 1ª edição, 19 setembro 2017.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Capítulo 6: Mais valia, lucro e queda da taxa de lucro. *In*: NETTO, JOSÉ PAULO; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Crise Estrutural do Capitalismo e Tendências de Desenvolvimento da Esfera Pública. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**, Maranhão, agosto. 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. Política Social. temas e questões. São Paulo:Cortez, 2008.

SILVA, Maria Lucia Lopes da.. **“A previdência social no Brasil sob a mira e ingerências do capital financeiro nos últimos 30 anos e a tendência atual de capitalização”**.In: SILVA, MLLda.(org.) A contrarreforma da previdência social no Brasil (uma análise marxista).Campinas-SP:papel social, 2021. p. 6-24.